

Soraya Fleischer
PPGAS/UFRGS

“O corpo feminino é onipresente [mas] continua opaco” (p. 13). Essa é uma das idéias que abre o primeiro artigo da coletânea *O corpo feminino em debate* organizada por Maria Izilda S. de Matos e Rachel Soihet e lançada recentemente pela Editora Unesp. A frase de Michelle Perrot define precisamente a tônica do livro: nos últimos dois séculos, o corpo da mulher despertou atenções de múltiplos setores e atores sem que, com isso, fosse devidamente visibilizado. Perdura ainda um vasto silêncio sobre os corpos femininos.

A proposta do livro é o *debate* – denunciar, resgatar, polemizar, dialogar, refletir justamente para desafiar estes silêncios persistentes. Os 11 artigos reunidos têm como foco as mulheres, sobretudo, brasileiras e francesas que viveram nos séculos XIX e XX, mas que tiveram seus corpos silenciados, reprimidos, manipulados, classificados por outros atores. Médicos, políticos, romancistas, juristas, sanitaristas, planejadores urbanos e demógrafos, viajantes e jornalistas muito falaram sobre os corpos femininos, em geral, com intuítos controladores. Os artigos iluminam algumas das diversas representações que compuseram o imaginário ocidental dos últimos dois séculos. Dez autoras e um autor, a maioria composta por historiadores de universidades brasileiras e francesas, apresentam novos personagens, fontes e documentos que recompõem outros trajetos seguidos e vivenciados pelas mulheres neste período. Os pesquisadores complexificam o debate sobre os corpos femininos e, portanto, colaboram para torná-los menos opacos.

De fato, os artigos se dividem em dois eixos, como aponta Magali Engels, que prefacia o livro. Por um lado, os temas seguem representações construídas

sobre o corpo feminino e, por outro, a relação entre políticas demográficas e a função reprodutiva das mulheres. A seguir, comento os artigos conforme dentro destes dois eixos.

Michelle Perrot, importante liderança feminista francesa, relembra que nos últimos dois séculos, “o corpo privado deve permanecer oculto [enquanto] o público é exibido, apropriado e carregado de significação” (p.14). Assim, o corpo feminino foi estratégico para fins publicitários, políticos, moralizadores. No entanto, ao contrário do esperado, no espaço privado, este mesmo corpo não foi poupado ou protegido desta exposição exacerbada – ele foi silenciado. Assim, a autora comenta que violência física, abuso sexual, incesto foram ignorados; a vida íntima das mulheres foi menos ritualizada; o prazer sexual, a cumplicidade feminina e o lúdico foram reprovados; as doenças próprias das mulheres, o aborto e o infanticídio foram problemas enfrentados solitariamente e não receberam atenção devida de médicos ou gestores públicos. Por um lado, alienação e banalização públicas, por outro, silêncio e repressão privados do corpo feminino foi a equação responsável por retardar que o corpo feminino “[passasse] ao centro das lutas públicas das mulheres” (p.26). Perrot indica que as discussões sobre métodos contraceptivos e o aborto foram fundamentais para a conquista da autonomia feminina, mas não o suficiente para vencer os silêncios.

Lígia Bellini, Agnès Fine e Maria Izilda Santos de Matos tratam dos discursos elaborados por médicos em diferentes momentos e contextos. Bellini encontra, no século XVII, um jovem médico português bastante progressista para sua época. Rodrigo de Castro foi largamente influenciado por Hipócrates, Aristóteles e Galeno, e também por legados da magia, do ocultismo e dos sistemas simbólicos da astrologia e dos números. Ele continua a destinar o corpo da mulher à procriação, mas em 1602, quando publica o tratado médico *De universa mulierum medicina*, “defende que a mulher é igualmente perfeita, se comparada ao homem, na constituição psicológica e capacidade mental” (33). Restou à autora contextualizar a repercussão do trabalho de Castro na constituição da Medicina portuguesa e, quiçá, sua influência na formação médica brasileira. Pensar sobre estes vínculos pode inspirar pesquisas futuras.

Já Fine entrevistou mulheres dos Pirineus franceses no final da década de 1970. A pesquisadora percebeu que progressivamente o aleitamento materno foi sendo desestimulado pelos médicos da época em prol da alimentação artificial. Nesta cultura, alterações de clima, mudanças de temperatura corporal e de humor da mãe e eventos externos dramáticos (como morte, brigas, guerras) afetam a qualidade do leite e podem levar à “mamada mortal”. Assim, os médicos da época listavam que mulheres medrosas, tristes, raivosas, atormentadas, depressivas, apopléticas, epiléticas, paralíticas, ninfomaníacas não deveriam amamentar. Um fluido corporal passa a funcionar como um *barômetro moral* prescrevendo o ideal de comportamento materno. (Barômetro moral é uma idéia herdo de Paul Farmer, 1988, que, pesquisando mulheres haitianas na década de

1980, encontrou representações muito semelhantes às apresentadas por Fine). Apesar da autora apresentar um quadro rico de representações, estas são relacionadas de forma muito abrupta com o descrédito do aleitamento materno. Além do que, é um pouco ambiciosa a tentativa de especular sobre a maternidade no século XIX e XX a partir de entrevistas pontuais com mulheres do pequeno povoado de Bessède.

E Matos mostra que, no momento de grande urbanização de São Paulo, entre os anos 1890 e 1930, os médicos se sobressaem como responsáveis pela viabilidade sanitária desta concentração populacional. Era preciso garantir que epidemias fossem evitadas e estes profissionais, também supondo a naturalidade da relação entre as mulheres e a maternidade, nomeiam as mulheres como principais atores na cruzada sanitária. Assim, caberia à mulher a “profilaxia antimicrobiana dos lares” (p. 110), pois, segundo eles, uma família asseada e saudável é a base de uma cidade e uma nação rumo ao progresso. Segundo Matos, então, os médicos então orientam que as mulheres devem dedicar-se aos filhos e ao lar e evitar o trabalho externo e as atividades intelectuais.

Portanto, o *corpus* médico, representante legítimo de poder, utiliza o arcabouço racional, fiscalista e científico da medicina para imputar normas de conduta à população e, em especial, às mulheres.

Jean-Louis Fournel, Françoise Thébaut e Régine Dhoquois historiam o campo das propostas políticas. Fournel analisa o tratado político mais famoso do padre calabrês Tommaso Campanella, “Cidade do Sol”, que dita as regras ideais para o funcionamento de uma cidade. Assim como os médicos, os administradores, políticos, juristas e teólogos também associam a mulher à sua função reprodutiva porque desta relação depende a formação da base populacional dos centros urbanos, das nações e do progresso dos estados. Apesar de pouco contextualizar a biografia e a teoria de Campanella, desconhecido do público brasileiro, Fournel mostra como que, para o pároco italiano, que viveu no século XVII, “os indivíduos não existem senão para a coletividade” (p. 83) e a corpo da mulher se justifica como o instrumento de uma política natalista, que garante o sucesso de um governo.

Thébaut mostra como, já no século XX na França, a produção e o incremento de habitantes se consolida ainda mais como um assunto público e uma responsabilidade dos governantes. O malthusianismo, o medo da degenerescência da raça e a mortalidade nas guerras promovem uma “obsessão demográfica” e exigem que a maternidade passe a ser controlada pelo Estado e pela Medicina. O processo de nacionalização e medicalização do corpo feminino é histórico. Assim, programas e propagandas reforçam o destino materno das mulheres, condecoram mães-modelo, perseguem aborteiros e contraceptivos, subsidiam famílias numerosas e pobres com seguro-maternidade, licenças do trabalho e assistência médica.

E Dhoquois, no campo do direito do trabalho, analisa a lei que proibiu o trabalho noturno às mulheres no final do século XIX. Por um lado, o argumento era que as mulheres deveriam ser poupadas para se dedicarem ao seu papel de “reprodutora e guardiã da ordem” (p. 45). Por outro lado, desejava-se evitar que os baixos salários que as mulheres recebiam não fizessem com que os salários de seus companheiros também despencassem. Ou seja, a autora mostra como há uma “continuidade nas representações da mulher no trabalho entre o fim do século XIX e a nossa época”, isto é, a “persistência da [dita] natureza feminina” (p. 54) que define e justifica políticas discriminatórias.

O texto de Joana Maria Pedro considera tantos os discursos médicos quanto os dos planejadores. A autora analisa as práticas de aborto e infanticídio na ilha de Florianópolis nos séculos XIX e XX. Ela mostra que ambas práticas sempre foram amplamente usadas, mas a solidão e a culpa que as acompanhavam só denunciam como a relação extraconjugal e a gravidez indesejada são tidas como responsabilidades exclusivamente das mulheres. Tanto a Igreja quanto a Medicina elegiam a mulher como estandarte moral da família e da nação (como texto de Fournel mostra também) e, por isso, mulheres que abortam e realizam infanticídio foram duramente perseguidas e punidas. Mas, já no século XX, Pedro mostra que o medo da “bomba demográfica” inverte a preocupação e passa-se a controlar a produção de bebês legítimos também.

As manifestações artísticas são utilizadas como base para pensar dois artigos do livro, o de Soihet e o de Houbre. Rachel Soihet busca, no século XIX, as primeiras impressões deixadas sobre as danças e festas no Brasil colonial e imperial. Viajantes como Spix, Martius, Expilly, Rugendas, Ribeyrolles estranham etnocentricamente a relação mais livre com o corpo das negras e mulatas. Atribuem um “tipo de fala moralizante e excludente” (p. 181): para eles, os movimentos destas mulheres eram lascivos, obscenos, demoníacos, animalizados, sensuais. Já no século XX, a autora mostra o crescimento de festas populares, como a Festa da Penha e o carnaval de rua, que tinham um perfil de liberação do corpo e dos sentidos. (Porém, o leitor fica ainda curioso por uma descrição mais visual destas festas e das danças que as animam.) Segundo a autora, os jornais, a igreja e as autoridades não deixam de enfatizar o caráter “atrasado” e “imoral” que representavam estas festas e a participação das mulheres. Permanece a repressão ao erotismo, sexualidade e brincadeiras.

E Gabrielle Houbre resgata alguns romances do final do século XVIII ao começo do século XX para analisar como os mesmos lidam com a sexualidade feminina juvenil. A autora nota que o Iluminismo assimilou “as preocupações e as novas orientações dos médicos” (p. 94). Como a verdade está na anatomia, moças e rapazes são diferentes fisicamente e, logo, devem ser tratados e socializados distintamente também. O resultado é “uma educação moral e inibidora para as meninas com base no “sentimento de *inocência* – que se molda

a partir da ignorância dos prazeres do amor” (p. 96) – apesar de haver, de outra parte, uma “euforização do corpo juvenil na literatura das Luzes” (p. 101). Segundo a autora, esse ideal de amor romântico persiste por mais tempo na França do que nos EUA ou na Inglaterra e faz com que o movimento feminista no continente seja construído mais tardiamente. Este vínculo com a atualidade é apenas superficialmente sugerido pela autora sem aprofundá-lo, como seria esperado.

E, finalmente, Pauline Schimtt-Pantel analisa os relatos míticos de Pandora, na tradição grega, e Eva, na judaico-cristã. Algumas das semelhanças entre estes mitos são a construção da mulher, primeiro, “como uma categoria secundária, posterior à criação ou à existência primeira dos homens”, segundo, ligada à origem da “condição humana, ou seja, à introdução da morte e do mal no mundo” e, por último, atrelada “a uma responsabilidade maior pela obrigação do trabalho árduo” (p. 130). A autora analisa os poemas de Hesíodo e revela como constituíram um forte e duradouro paradigma para o lugar da mulher nas cidades gregas. E depois mostra que a misoginia, que impera nos capítulos da Bíblia sobre a criação da mulher, permanece até os tempos recentes. Ela conclui que “o relato da criação da mulher continua tendo um papel revelador, quer dele se faça um texto fundador, quer se procure relegá-lo cautelosamente ao silêncio” (p. 142). Por fim e de forma muito interessante, Schimtt-Pantel – passando por Simone de Beauvoir, Maria Deraismes e o grupo de Elisabeth Cady Stanton e chegando até as teólogas feministas da libertação – resgata como estas feministas retomaram o tema da criação da mulher, relativizando a importância do tema e mantendo-o como um desafio atual.

A maioria dos artigos propõe tratar de longos períodos históricos e recorre a variadas fontes (documentos, entrevistas, matérias de jornal, romances etc.). O risco, em alguns casos, é traçar rumos ousados até a atualidade ou não passar de sobrevãos inspiradores, mas superficiais.

Todos os artigos mostram como, há muito tempo, as mulheres têm seus corpos e destinos ligados à função reprodutiva. Vários destes autores lembram que só com o advento de legislações de discriminação da contracepção e do aborto as mulheres conquistaram maior autonomia sobre seus corpos. Até mesmo as leis ajudaram “no século XX, [a transferir] a maternidade para o domínio público”, como nota Françoise Thébaud. “As mulheres e as feministas do fim do século tentaram **privatizar** [a maternidade] para se afirmar como sujeitos e defender sua liberdade” (Thébaud, p. 214, grifo meu). Atualmente, vejo um caminho inverso: uma vez conquistado um direito coletivo, parte-se para sua concretude a nível individual. Mas os autores ainda nos lembram que, apesar da maternidade não ser mais destino obrigatório das mulheres, seus corpos ainda são motivo de controle e incômodo. O livro cumpre seu papel ao lançar o desafio: há ainda muitos silêncios por serem suplantados.

Soraya Fleischer

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARMER, Paul. "Bad blood, spoiled milk: Bodily fluids as moral barometers in rural Haiti". *American Ethnologist*, 15 (1), Feb., 1988, p. 62-83.